



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680058 - DF (2021/0218518-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : KELLY FELIPE MOREIRA
ADVOGADO : KELLY FELIPE MOREIRA - DF034079
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : GILBERTO DUARTE RIVAROLI FILHO (PRESO)
CORRÉU : SILVIO BUENO DOS REIS
CORRÉU : JULIO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILBERTO DUARTE RIVAROLI FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Apelação Criminal n. 000225-20.2006.8.07.0008).

O paciente foi condenado à pena de 23 anos, 1 mês e 6 dias de reclusão em regime fechado, crime de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, § 2º, III e IV, do CP, em concurso formal (art. 70 do CP).

A impetrante sustenta que o reconhecimento de pessoa realizado em desacordo com o art. 226 do CPP constitui prova ilegítima e não pode fundamentar uma condenação criminal. Sustenta que não há nos autos qualquer outro suporte probatório mínimo para atribuir a autoria do crime ao paciente.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação do paciente, o andamento da ação penal até julgamento final do *writ* e ainda que lhe seja restituída a liberdade, mediante a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a ilegalidade do acórdão impugnado. Subsidiariamente, requer seja declarada a nulidade *ab initio* da ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda profundo reexame de fatos e

provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente